

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2024**

**(Da Sra. TABATA AMARAL)**

Solicitação ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA, de informações acerca das ações da pasta referentes ao apagão de energia elétrica no estado de São Paulo e a Concessionária Enel Distribuição

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que sejam solicitadas ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Sr. ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA, informações acerca das ações da pasta referentes à interrupção do fornecimento de energia elétrica no estado de São Paulo, em especial na capital e região metropolitana, por meio de requerimento dirigido à pasta, as seguintes informações:

- a) No último dia 11 de outubro de 2024, o Estado de São Paulo enfrentou novamente fortes chuvas e apagão de energia elétrica nas localidades abastecidas pela concessionária Enel Distribuição. Mais de 65 horas após temporal, 400 mil imóveis permanecem sem energia. Em novembro de 2023, as chuvas que ocorreram no estado trouxeram consequências semelhantes. Quais os avanços na fiscalização e implementação de melhorias desde novembro de 2023 até o momento, quanto aos serviços da empresa Enel Distribuição em São Paulo?
- b) Está em vigência medida liminar beneficiando a Enel para suspender o pagamento de R\$ 320 milhões em multas aplicadas pela ANEEL. Há previsão de tentativa de acordos extrajudiciais ou continuidade de aplicação de multas sem executoriedade? Quais medidas judiciais estão sendo planejadas pelo Ministério e ANEEL?
- c) Existem declarações contraditórias sobre a renovação da concessão da Enel São Paulo, como dito durante encontro do G7 na Itália em junho<sup>1</sup>, assim como o Ministro de Minas e Energia afirmou que permitiu a antecipação dos contratos de renovação de distribuição poucas horas antes das chuvas causarem mais um apagão no Estado. Qual a previsão de renovação da concessão de energia em São Paulo? Em caso de finalização da concessão da Enel, quais seriam as ações para a nova concessão?

1 <https://www.poder360.com.br/poder-energia/em-junho-silveira-e-lula-confraternizaram-com-ceo-da-enel/>



- d) Em setembro, o Ministro Alexandre Silveira celebrou os investimentos anunciados pela Enel para melhorar a qualidade de seus serviços de distribuição no Brasil<sup>2</sup>, onde também foram anunciadas ações conjuntas do chamado Plano Verão para enfrentamento de chuvas e manutenção do fornecimento adequado de energia elétrica. Diante do atual cenário, fica evidente que o Plano Verão foi insuficiente e que houve equívoco na avaliação da efetividade das ações da empresa. O MME já identificou as falhas e possíveis soluções?
- e) Já foram realizados levantamentos dos prejuízos para a população de São Paulo desde o dia 11 de outubro, quando começou o apagão? Existe previsão de ressarcimento por parte do Poder Público para suprir danos materiais e morais da população afetada com o apagão de energia em São Paulo?
- f) Os casos de apagão em São Paulo são constantes, e sempre são feitas auditorias e supostas fiscalizações pelo Poder Público, mas o cenário se repete a cada grande chuva no estado. Os eventos climáticos extremos já não são novidade no país, assim como a necessidade de planos de curto prazo e de longo prazo para essas situações. As medidas de fiscalização estão sendo restritas aos períodos de catástrofes ou estão sendo feitas ações contínuas para efetivo cumprimento das obrigações contratuais?
- g) A Enel apresenta prejuízos em todos os estados em que atua, tanto prejuízos para o Poder Público, como para milhões de famílias que dependem de seus serviços. Em 2023, o lucro líquido da empresa foi de R\$ 315 milhões. Existem informações pormenorizadas sobre os incentivos fiscais concedidos à Enel pelos contratos de concessão no país?
- h) Em 16 de setembro houve reunião dos diretores da ANEEL e representantes da ENEL sobre ações para mudanças climáticas. Quais foram os encaminhamentos da referida reunião? Havia previsão de novos apagões em São Paulo? Foram feitas determinações pela ANEEL durante a reunião?

## JUSTIFICAÇÃO

Desde o último dia 11 de outubro, a Grande São Paulo enfrenta mais um apagão em decorrência das chuvas no Estado. Em novembro de 2023 e março de 2024 a Enel já havia sido cobrada sobre a prestação inadequada dos serviços com apagões que duraram dias, com prejuízos para a população paulista e que ainda não puderem ser mensurados objetivamente.

Apesar do ocorrido anteriormente, a Enel e demais órgãos de controle não foram capazes de apresentar soluções eficientes para de fato mitigar os impactos das chuvas na rede elétrica. Foi informado pela própria Enel Distribuição SP que 400 mil imóveis de cidades da Grande São Paulo continuavam sem energia elétrica no terceiro dia de apagão.

Apesar dos R\$ 320 milhões de reais em multas devidas pela Concessionária, medida liminar suspendeu o pagamento e a ANEEL não tem apresentado medidas de fiscalização contínuas ou mesmo a possibilidade de encerramento do contrato de concessão. Conforme matérias veiculadas na imprensa ao longo do último ano, o MME e ANEEL parecem ter

2 <https://www.brasil247.com/brasil/silveira-celebra-investimentos-da-enel-e-diz-que-voltara-para-avaliar-apos-verao>



chancelado as medidas propostas pela empresa como forma de solução. Mas na primeira oportunidade de mensuração das ações, o Estado de São Paulo permanece refém de um serviço de fornecimento de energia elétrica muito aquém do esperado.

A Fecomércio-SP estima prejuízo de R\$ 1,65 bilhão ao varejo e serviços da cidade de São Paulo com quase uma semana de apagão. O cenário alarmante exige atuação incisiva do Poder Público e uso dos instrumentos de fiscalização disponíveis para garantir o fornecimento de energia elétrica para toda a população e ressarcimento dos prejuízos causados pela ineficiência dos serviços, sobretudo o debate sério sobre a possibilidade de encerramento desta concessão.

Não é razoável a manutenção de um contrato de concessão milionário em que a empresa aumentou 72,2% o tempo de atendimento entre 2021 e 2024, atingindo a marca de 894 minutos. O Tribunal de Contas do Município de São Paulo já informou à ANEEL que a empresa apresentou desempenho 20% abaixo da meta regulatória estabelecida pela Agência em 2023 para o indicador, "demonstrando que a população de São Paulo está sujeita a um serviço considerado de baixa qualidade pela Aneel", mas mesmo assim insistem na aplicação de multas ineficazes e reuniões improdutivas com executivos.

Diante do exposto, solicito que este requerimento seja encaminhado ao Ministério de Minas e Energia, a fim de que sejam prestados esclarecimentos expostos.

Sala das sessões, 15 de outubro de 2024.

**Deputada TABATA AMARAL**  
**PSB-SP**

